

CONSTRUÇÃO PESADA

IMPRESSO
Impresso fechado.
Pode ser aberto pela ECT

Publicação mensal
agosto de 2014
ano 11 – número 129



SICEPOT-RS entrega documento sobre o setor de infraestrutura aos candidatos a governador



EDITORIAL

Um espaço institucional estratégico

Ao longo do último mês, o SICEPOT-RS apresentou aos candidatos ao governo do estado as propostas para a infraestrutura, desenvolvidas em conjunto com as demais entidades do Fórum de Infraestrutura e a Agenda 2020.

Diferentemente do que ocorreu nas eleições anteriores, elas não foram focadas em obras, mas na gestão dos investimentos, no planejamento de longo prazo e na continuidade de aplicação de recursos. Aspectos de fundamental importância para o setor, que não estão sendo aplicados pelo Executivo. Primeiro, porque devido à falta dessas ações o estado defronta-se com um alto custo logístico que afeta progressivamente sua competitividade, tanto no mercado interno como no externo. Segundo, porque com a descontinuidade dos investimentos, o setor da construção pesada se debilita e, por consequência, suas empresas e sua capacidade de gerar empregos.

Entendemos como alicerce para a obtenção de nossos objetivos a transformação do Pelt em projeto de lei, a reestruturação do Daer, que passaria a responsabilizar-se pela conservação e manutenção de rodovias, e a expansão da Seinfra,

que agregaria o setor de irrigação. Também consideramos importante uma maior integração com o Dnit e uma atuação dirigida do escritório de representação em Brasília junto aos Ministérios da Integração Nacional, dos Transportes e das Cidades, para a obtenção de recursos federais para infraestrutura no RS. E a quebra de paradigmas, com a retomada do financiamento privado para rodovias, por meio das PPPs e da lei de concessões, o que poderia ser consagrado por meio da EGR.

O documento setorial também aborda as questões do licenciamento ambiental, mobilidade urbana e política habitacional, com sugestões objetivas, as quais passam por uma maior atuação integrada entre o poder executivo e os órgãos de controle, como TCE, TCU, Celic, MP, e Cage.

O fato é que a descapitalização atual da entidade e das empresas do setor somente será revertida no médio e no longo prazo se essa ação for levada a termo de forma estratégica. Com preços justos e factíveis, qualificação do processo de contratação e incentivos que permitam a valorização da nossa efetiva participação

setorial na sociedade gaúcha.

Fomos ouvidos pelos candidatos ao governo do estado e certamente teremos parte de nossas proposições inseridas nos Planos de Governo das diferentes coligações. Porém, temos de levar adiante de forma contínua esse trabalho, pois, independentemente do vencedor do processo eleitoral, esse espaço institucional é estratégico para o incremento da competitividade do estado e para o futuro de nossas empresas.

Foi praticamente unânime o entendimento dos candidatos sobre a ação nociva dos órgãos de controle, sem que haja possibilidade de contestação, ou, em caso de equívocos, a falta de responsabilização desses quanto à paralisação de investimentos ou obras em fase de andamento. Também foi praticamente consensual a receptividade da proposta relativa à transferência do setor de irrigação para Seinfra, bem como a necessidade da reestruturação da atuação do Daer e da EGR.

Cylon Rosa Neto

Presidente do Fórum de Infraestrutura das Entidades de Engenharia do RS



Praça Osvaldo Cruz, nº 15 – cj. 1414
90.038-900 - Porto Alegre/RS
Fone: (51)3228-3677
Fax: (51)3228-5239
E-mail: diretoria@sicepotrs.com.br

Publicação mensal

Presidente

Nelson Sperb Neto

Vice-Presidente

Cylon Fernandes Rosa Neto

Diretor Administrativo-Financeiro

Nilton Scapin

Diretores Executivos

Aloísio Milesi

Caetano Alfredo Silva Pinheiro

Edgar Hernandez Candia

Jandir dos Santos Ribas

Julio Carlos Comin

Odilon Alberto Menezes

Ricardo Lins Portella Nunes

Valdir Turra Carpenedo

Conselho Fiscal

Titulares

Alexandre César Beck de Souza

Everton Andreetta

Roberto Leitão dos Santos

Suplentes

Carlos Englert

Carlos Alves Mees

Renan Schaeffer da Silva

Delegados – Representantes junto à FIERGS

Titulares

Humberto César Busnelo

Ricardo Lins Portella Nunes

Suplentes

André Loiferman

Paulo Eduardo Nunes Ponte

Produção e Edição

Matita Perê Editora Ltda.

Av. Chicago, 92

Fone (51) 3392-7932

Editor – Milton Wells

mwells@terra.com.br

Editoração

Lavoro C&M

Fone (51) 3407-5844

Tiragem: mil exemplares

LINCK

PESA CAT

Porto Alegre: 51 2125-5355
Caxias do Sul: 54 3225-2410
Passo Fundo: 54 3327-4611
www.pesa.com.br

ELEIÇÕES 2014

Sartori defende parcerias com o setor privado

O candidato a governador José Ivo Sartori (PMDB) afirmou em reunião-almoço, no dia 21 de julho, no SICEPOT-RS, que, como governador eleito, pretende mudar a gestão da infraestrutura no Rio Grande do Sul, resgatar o planejamento de projetos estruturais e modificar as atribuições da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR). Entre suas metas para o setor, ele incluiu ainda a desburocratização do Daer e a maior integração entre os órgãos controlados pelo Executivo.

Conforme Sartori, as sugestões apresentadas pelo Fórum de Infraestrutura das Entidades de Engenharia do RS refletem com precisão as necessidades do estado, sobretudo no controle administrativo.

“Não há horizontalidade ou tampouco interlocação no poder público. É preciso gestão. O pior é uma secretaria não falar com a outra. O governo precisa integrar seus órgãos para evitar o desperdício e falta de qualidade de atendimento à população”, apontou.

O peemedebista também citou os principais pontos de seu Plano de



Sartori defende a desburocratização do Daer e a maior integração entre os órgãos controlados pelo Executivo

Governo, a partir da construção e diálogo com os diversos segmentos da sociedade e órgãos vinculados ao setor de infraestrutura e empresarial.

José Ivo Sartori defendeu a adoção de parcerias público-privadas (PPPs) para possibilitar mais investimentos em diversos setores. Entre eles, citou a segurança, que poderia obter mais recursos para o sistema prisional por meio da participação da iniciativa

privada em projetos públicos.

Sartori disse que esse modelo de gestão pode favorecer também segmentos como energia e transporte. “A parceria com a iniciativa privada no setor energético já mostrou resultados no passado em investimentos em subestações, o que pode ser retomado, a partir do desconto gradativo nos custos das empresas”, observou. Com relação aos transportes, afirmou

que o Rio Grande do Sul precisa de melhorias urgentes em sua infraestrutura, para que o escoamento da produção e o desenvolvimento regional sejam garantidos com eficiência.

Continuou Sartori: “Atualmente, o Dnit investe cinco vezes mais em rodovias que o investimento total realizado pelo governo do estado. A restauração do Daer é inevitável. Se não há planejamento ou existem deficiências para estruturar obras ou rodovias, a sociedade não pode ser penalizada”, avaliou Sartori.

Durante a reunião, Sartori analisou, entre outros temas, a limitação do estado para investimentos, a questão do meio ambiente, que, segundo ele, sofre alterações de comando constantemente, o que também contribui para emperrar a iniciativa de empreendimentos.

Conforme o candidato a governador pelo PMDB, “ou se têm inteligência, ideias e convicção ou não se tem nada. A desilusão com a política leva as pessoas a não acreditar. Mas se não houver envolvimento, participação ou intervenção, nada avançará”, afirmou.

Para Vieira da Cunha, gestão é o caminho para melhorar a infraestrutura

Candidato ao governo do estado, o deputado federal Carlos Eduardo Vieira da Cunha (PDT) afirmou, em reunião-almoço na sede do SICEPOT-RS, que além da educação, uma das bandeiras históricas de seu partido, eleito governador deverá dar prioridade a três outros eixos: saúde, segurança pública e infraestrutura.

Segundo ele, nos vários debates em que participou a questão da infraestrutura sempre é lembrada nas perguntas da população.

Acréscitou que no terceiro ranking de Competitividade dos Estados Brasileiros, elaborado pela consultoria britânica EIU (Economist Intelligence Unit) em parceria

com o brasileiro CLP (Centro de Liderança Pública), o Rio Grande do Sul permaneceu em quarto lugar, dentre outros fatores, em razão da falta de investimentos em infraestrutura.

“Nós, que trafegamos por todo o estado, estamos vendo a real situação das estradas, que estão se deteriorando pela falta de investimentos e incapacidade de gestão”, afirmou. “Precisamos nos concentrar nessas duas áreas e mexer com profundidade nesse setor, na mesma medida preconizada pelo documento preparado pelo SICEPOT-RS.”

Disse ainda que a situação das rodovias chegou a um nível insustentável



Para Vieira, estradas estão se deteriorando pela falta de investimentos e incapacidade de gestão

e assinalou que é preciso montar uma nova estrutura na área para que o estado possa avançar. “É com esse espírito de abertura que pretendo adotar, mantendo-me sempre aberto ao diálogo e a novas propostas. Precisamos trabalhar

juntos para recolocar o RS no lugar que ele merece, entre os estados mais desenvolvidos da Federação.”

Sobre as alternativas de investimentos, Vieira da Cunha afirmou que é frontalmente a favor das parcerias público-privadas e que

é preciso acabar com o preconceito ideológico em relação aos pedágios. “Precisamos de um modelo alternativo, diferente do que foi implantado no governo Britto, capaz de evitar um sacrifício maior aos usuários das rodovias.”

Para Vieira da Cunha é preciso que a administração do RS recupere a capacidade de investimentos, que no último ano foi de 5% da receita líquida. Nesse sentido, considerou fundamental a aprovação do projeto, que prevê a renegociação da dívida dos estados com a União. “Farei parte de um movimento nacional que enfrente essa situação e exija a renegociação”, enfatizou.

ELEIÇÕES 2014

Ana Amélia quer investir na manutenção de estradas

Um estado eficiente e transparente, com menos burocracia e voltado à melhoria dos serviços prestados aos cidadãos. Esse foi o compromisso assumido pela candidata ao governo do Rio Grande do Sul Ana Amélia Lemos, durante a reunião promovida pelo SICEPOT-RS.

Ana Amélia prometeu rever os investimentos em infraestrutura, em especial na manutenção de estradas, com vistas ao maior e melhor escoamento da produção. “Foi criada uma empresa de economia mista que está pagando tributos para União e as estruturas continuam precárias”, argumentou a senadora ao destacar que os pedágios administrados pela Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) não investiram em serviços voltados aos condutores. “Acredito que um dos caminhos é tornar o DAER racional e eficiente”, apontou.

Ana Amélia disse que está confiante em sua coragem e capacidades de governar o estado. Respeito aos gaúchos e muito diálogo serão suas tônicas de trabalho. Destacou que uma das medidas importantes para o crescimento do Estado é a redução da burocracia. “Não podemos conviver mais com uma burocracia tão pesada, onde um empreendedor tem que esperar três anos para conseguir uma licença e, por conta disso, decida ir para outros estados para ampliar seus negócios. A burocracia impacta negativamente sobre a vida do cidadão”, observou.



Foto Divulgação Campanha Ana Amélia

Ana Amélia promete rever os investimentos em infraestrutura, em especial na manutenção de estradas

A candidata também se comprometeu em não dividir o Rio Grande do Sul em territórios e colocá-lo a serviço da sociedade e não de um partido político. Ressaltou que a coligação Esperança que Une o Rio Grande foi formada por convergências e não por conveniências. “A ocupação dos cargos será pela qualificação, não pelo interesse dos partidos”, acrescentou.

Garantiu, também, empenho na busca de soluções das demandas da sociedade gaúcha e disse ter absoluta responsabilidade para com o orçamento do Estado. “Não iremos gastar mais do que for arrecadado”, disse, referindo-

-se à receita do RS, que cresceu 6%, enquanto a despesa aumentou 12%. Destacou, ainda, a necessidade de reduzir o número de CCs, que hoje ocupam 6 mil postos no governo. “O número de CCs aumentou significativamente, mas eu pergunto: melhorou o desempenho do estado?”

Lembrou estudos técnicos que mostram claramente a necessidade de melhorar o ambiente de competitividade no Estado. “Enquanto Paraná e Santa Catarina cresceram seis e nove pontos, respectivamente, o Rio Grande do Sul avançou apenas um ponto entre 2011 e 2013.”

“Esse ranking mostra que o

Estado reduziu a média de investimentos e precisaremos trabalhar intensamente para melhorar o ambiente de competitividade”, disse.

“Vamos trabalhar na direção de valorizar os nossos potenciais com foco em tornar a administração pública eficiente”, projetou.

Entre as principais propostas da candidata está a renegociação da dívida do RS com a União. Ana Amélia diz já ter protocolado, no Congresso Federal, um projeto de lei que visa abater a dívida do crédito que o Estado possui com as exportações. “Impossível terminar com a dívida se o estado continuar pagando juro abusivo de 5,6% para União”, avaliou.



Tarso Genro fará novo estudo sobre programa de pedágios

Após ouvir as reivindicações preparadas pelo Fórum de Infraestrutura do RS sobre o setor no estado, o governador Tarso Genro, candidato à reeleição, afirmou em reunião-almoço, na sede do SICEPOT-RS, em 18 de agosto, que nenhuma das questões mencionadas lhe é estranha, ou está bloqueada, em princípio.

Incluir a irrigação entre as atribuições da Secretaria de Infraestrutura e Logística (Seinfra), segundo ele, deverá, ao mesmo tempo, facilitar a gestão da área e contribuir para colocar a Secretaria no centro político do governo, como já está, embora isso não esteja formalmente institucionalizado. Também mencionou sua intenção de separar o setor de energia da Seinfra.

Em relação ao poder cedente da EGR, o governador afirmou que “não existem dogmas sobre a empresa”, e observou que ela caminha para a consolidação plena, o que deve ampliar a sua capacidade na contratação de serviços.

Adiantou que tem feito contatos com o Planalto sobre a questão dos pedágios e informou que, se Dilma Rousseff for reeleita presidente da República, seu governo deverá reestudar o sistema. “Queremos saber qual deve ser o pedágio, como irá funcionar, qual o papel que o Daer ou a EGR terá nesse sistema e avaliar,

sobretudo, o custo/benefício de uma retomada do sistema. Isso ficou em aberto com o governo federal e passa por algumas questões que estão pendentes, como do polo de Pelotas.”

Na sequência, o governador enfatizou as diferenças existentes entre o seu governo e o anterior, não somente na forma de gestão, mas também em relação às funções que cumpriram a Secretaria de Infraestrutura e o Daer.

Lembrou a polêmica que se estabeleceu, desde o começo de seu governo, sobre a autarquia e citou as circunstâncias políticas que atrasaram os ajustes necessários para que

o Daer tivesse maior capacidade de resposta. “Demoramos a tomar algumas iniciativas em relação ao Daer”, admitiu. “Mas, na medida em que foram sendo adotadas reestruturamos o corpo técnico, fizemos concursos e tomamos uma série de decisões de caráter normativo, para facilitar o relacionamento do Daer com as prefeituras. E achamos que o Daer está começando a responder de forma positiva.”

Sobre a possibilidade de que o Daer mudar de função, conforme sugestão do Fórum de Infraestrutura, afirmou o tema também faz parte de suas avaliações. Entretanto,

ressaltou que, antes de qualquer decisão, é preciso ver como operar essa questão sem ofender o corpo técnico do Daer.

Sobre seu programa de governo, afirmou que a proposta de transição é dar continuidade com uma agenda de desenvolvimento até 2028, com um crescimento do PIB gaúcho em 4,5% ao ano.

O candidato citou os resultados do Novo Fundopem, do Plano Safra Gaúcho, e Sala do Investidor. Também foram lembrados os investimentos na indústria oceânica e eólica, além das obras com recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) em rodovias do RS.



Foto Divulgação Campanha Tarso

Tarso afirma que não existem dogmas sobre a EGR



ELEIÇÕES 2014

Veja aqui os principais pontos do elenco de sugestões do Fórum



Documento sugere subordinar à Seinfra o segmento de irrigação

- **Seinfra:** Seinfra: Reestruturação da Secretaria de Infraestrutura, com sistema de licitações próprio, independente da Celic, em conjunto com Seplag, integrado com TCE e Cage;

- **Representação em Brasília:** Transformar o escritório em uma estrutura subordinada à Seinfra, com objetivo específico de atuar de forma permanente na busca de recursos junto aos ministérios dos Transportes, das Cidades, da Integração Nacional e do Planejamento, nas áreas de rodovias, portos, ferrovias, irrigação e saneamento.

- **Irrigação:** Subordinar à

Seinfra a atual estrutura de irrigação da Secretaria de Obras, tornando o segmento uma política pública permanente na área de infraestrutura.

- **Pelt:** Criar projeto de lei para o Pelt (Plano Estadual de Logística de Transporte), de forma a possibilitar a continuidade dos investimentos de acordo com critérios técnicos de planejamento estabelecidos na legislação.

- **Habitação:** Implantação do Plano Estadual de Habitações de Interesse Social, a ser desenvolvido pela Secretaria Estadual de Habitação. Além

de sua importância social, pode garantir o fortalecimento de um dos setores que mais empregam mão de obra.

- **Daer:** Reestruturar o Departamento como uma autarquia voltada prioritariamente para a conservação e restauração de rodovias, transferindo para EGR as atribuições dos investimentos em novas rodovias, duplicações e implantação de trechos novos ainda não pavimentados.

- **EGR:** Alterar a Lei 14197 que criou a EGR, a fim de ampliar a sua área de atuação e mudar sua denominação para

Departamento Gaúcho de Infraestrutura Rodoviária (Dgir). Alterar o regime da entidade, tornando-a uma autarquia estadual não tributável, e transformá-la em gestora das rodovias concedidas, com financiamento privado, a fim de ampliar a malha a partir de EVTEAs que determinem essa possibilidade.

- **PPPs:** Instituir Parcerias Público-Privadas (PPPs) no modal rodoviário, com início pela rodovia RS-010, que dispõe de EVTEA e depende somente de licitação.

- **Banco de projetos:** Criar um banco de projetos para ampliações de capacidade, duplica-

AMMANN

MAKENA
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E LUBRIFICANTES

JCB

A casa da JCB | (51)3373.1111 | www.makena.com.br

Programa de Infraestrutura do RS aos candidatos ao governo do estado:

ção e construção de novas rodovias, de acordo com as prioridades estabelecidas no Pelt.

SPH: Prover para SPH por meio de legislação um orçamento de R\$ 30 milhões/ano, no intuito de manter a modal hidrovial de forma permanente; integrar as ações da SPH e SUPRG aos planos e programas do Ministério dos Transportes, e determinar os vetores de atuação prioritários de acordo com o Pelt.

- **Energia:** Buscar um estreito relacionamento com agentes do setor com o objetivo de canalizar para o estado novos investimentos voltados à expansão da oferta de energia.

- **Saneamento:** Determinar a partir do Plano Estadual de Saneamento a visão do papel do setor e definir política estadual na busca da universalização, tendo a Corsan como protagonista principal. Fazer uso da representação no Distrito Federal para captação de recursos, priorizando a conclusão das obras já contratadas e/ou licitadas. Inclusão do financiamento privado como alternativa, por meio do instituto das Propostas de Manifestação de Interesse, onde não for possível alocar recursos próprios da Corsan ou não se tenha possibilidade de aplicação

de recursos do OGU ou CEF. Montar um acompanhamento da disponibilidade de recursos oriundos do Plano Nacional de Saneamento, que prevê 508 bilhões para o saneamento nos próximos 20 anos no Brasil.

- **Recursos Hídricos:** Priorizar a efetivação dos Planos de Bacias Hidrográficas, para que o processo de gestão cumpra os requisitos da lei e os investimentos definidos com os recursos de outorga de uso. Criar e implantar a Agência de Região Hidrográfica, conforme previsto na legislação estadual, para que o sistema de recursos hídricos possa tornar realidade os planos aprovados pelos Comitês e CRH.

- **Meio Ambiente:** Instituir uma política estadual robusta, com gestão de estado na SEMA-Fepam na busca de qualificação e inovação nos processos de licenciamento; maior transparência na questão da implantação de medidas restritivas ao investimento, como o Plano de Manejo do Delta do Jacuí e a APA do Banhado Grande, de forma a haver maior participação da sociedade civil nestes processos. Dar continuidade ao Zoneamento Estadual Ecológico e Econômico, como instrumento da política de desenvolvimento sustentável

do Estado, conforme previsto na legislação, permitindo uma maior transparência, regimento e segurança jurídica para os investimentos. Dar continuidade ao processo de informatização da Fepam e SEMA, de forma a que o sistema de meio ambiente do Estado tenha transparência e que os dados sejam otimizados e tenham pleno uso. Implantar na Fepam uma priorização de análise para os investimentos na área de infraestrutura, a exemplo do que ocorre em outras unidades da federação, de forma integrada entre Seinfra, SEMA e AGDI. Dar à SEMA e demais órgãos vinculados o caráter de secretaria estratégica, pertencente ao núcleo de gestão do governo do estado, com prioridade técnica e não política, a exemplo da Secretaria de Infraestrutura.

- **Resíduos sólidos:** Instituir uma política estadual de resíduos sólidos sob a forma de lei, de tal forma que se garanta uma estrutura compatível de apoio aos municípios para a implantação do PERS. E estimular consórcios públicos para a prestação de serviço na área de resíduos.

- **Mobilidade urbana:** Implantar o Sistema de Planejamento Urbano ou Metropolitano permanente, como função de Estado e um Fundo Financiador de Estudos de Mobilidade.

- **Mineração:** Propõe-se uma ação planejada e integra-

da entre DNPM, SEMA/FEPAM e Casa Civil, no intuito de efetivar uma ação estruturada e abrangente no âmbito do estado para que os investimentos possam ser suportados dentro das melhores práticas sustentáveis.

- **Ações institucionais:** Ação integrada da Seinfra com Dnit; inserção do TCE/CAGE/CELIC/MP de forma prévia e proativa nos investimentos da Seinfra, integração e priorização das ações de licenciamento mediante convênio Seinfra-Fepam; criação de um Conselho Consultivo na Seinfra e demais autarquias/companhias do estado.

- **Integração:** Maior integração com programas federais e internacionais, como FGTS, CEF, BNDES, OGU, BID e BIRD.

- **Incentivos:** Criação de incentivos a inovação e fiscais/tributários para as empresas do estado na área de infraestrutura, como a fixação de down payment na assinatura do contrato (10% do valor da obra contratada mediante securitização), o que possibilitaria o início de obras sem a necessidade de recorrer ao sistema financeiro.

- **Políticas Públicas:** Instituí-las na área de infraestrutura com os órgãos de controle (TCE, CAGE, PGE, MP), de forma a agir antecipadamente nas contribuições legais dessas instituições nos investimentos em infraestrutura.



Vibroacabadoras Volvo. Garantia do melhor acabamento.



A Volvo conhece o caminho para desenvolver equipamentos inovadores. Assim é a Vibroacabadora: lançamento da Volvo Construction Equipment. Garantia do melhor acabamento, alto desempenho, baixo custo operacional e do aumento da produtividade para o seu negócio. Sempre com a agilidade, eficiência e disponibilidade de peças de um pós-venda altamente qualificado e com uma ampla rede de distribuidores na América Latina.

WE KNOW THE ROAD. WE KNOW THE WAY.

www.roadexperts.com.br

LINCK

LINCK S/A.
Av. das Indústrias, 500 – Bairro Industrial
Eldorado do Sul – RS – CEP.: 92990-000
Fone: 51 2125-3333

Volvo Construction Equipment

